

Assegurando a Paz

PROMOÇÃO DA SEGURANÇA PÓS-CONFLITO

Muitas vezes, violência armada reaparece longo após o fim de guerra. Em certas situações de pós-conflito, a violência pode representar ameaças ainda mais diretas e indiretas aos civis do que a própria guerra. Além disso, essa violência muitas vezes apresenta-se de formas diversas, desafiando políticos e profissionais a pensarem de outra forma sobre a questão de como alcançar estabilidade e segurança. De fato, há relativamente poucos exemplos de programas de promoção da segurança que lidem adequadamente com os diferentes aspectos da violência. Cessar-fogos, acordos de paz e eleições nem sempre são suficientes para proteger os civis.

Este capítulo sublinha o porquê da transição da guerra à paz ser tantas vezes tão precária. Documenta como os esforços em impor a justiça do vencedor podem piorar a situação e como certos grupos armados – particularmente oficiais superiores e comandantes do “partido perdedor” – podem estar descontentes com a nova administração política e por isso fomentar a instabilidade futura. Além disso, o capítulo mostra como os fatores da violência pós-guerra estão profundamente encaixados uns nos outros e como podem incluir redes predatórias e estruturas de patrocínio associadas à economia da guerra, que se pode manter intata ou até emergir mais forte depois de guerras prolongadas.

Sociedades emergindo da guerra podem sentir um aumento de violência predatória e do crime organizado, devido a fatores de risco e a uma vulnerabilidade associada à guerra e ao período pós-conflito. Assim, as causas da violência armada – sejam elas políticas, económicas ou comunais – podem alterar-se de maneiras complexas (ver Tabela 7.4).

Antes de mais, esta edição do *Levantamento de Armas Leves* está preocupada em identificar formas de pôr termo à violência pós-guerra para que paz e construção do Estado possam ser promovidos. Ao considerar alguns dos desafios inerentes à definição de uma sociedade como sociedade ‘pós-conflito’, este capítulo examina os modelos e tendências da violência armada no contexto pós-guerra, como por exemplo na República Democrática do Congo ou em países da América Central. Observa como o homicídio e as taxas de vitimização podem manter-se altas podendo mesmo aumentar logo após o fim da guerra. De seguida vira-se para as medidas emergentes de promoção da segurança que, se fossem combinadas com intervenções convencionais como programas de desarmamento, desmobilização e reintegração (DDR), poderiam reduzir os riscos de violência armada e promover a segurança pessoal e a estabilização a longo prazo das comunidades destruídas pela guerra.

Uma selecção de conclusões-chave deste capítulo:

- Certos grupos e sociedades em situações pós-conflito apresentam taxas da violência armada comparáveis (ou mesmo maiores) às taxas conhecidas durante conflitos armados.
- O excesso (não-violento) de mortalidade pode manter-se alto mesmo em sociedades pós-conflito – muitas vezes muito mais alto do que as taxas de mortes violentas – muito depois do fim dos tiroteios.
- O risco do conflito armado rebentar em sociedades pós-conflito parece ser maior do que o risco de uma guerra irromper em sociedades que nunca conheceram conflitos armados.
- Riscos imediatos e estruturais em meios pós-conflitos – da disponibilidade de álcool e drogas até altas taxas de desemprego entre homens e concentrações densas de populações deslocadas – podem influenciar a investida, a intensidade e a duração da violência armada pós-guerra.
- Actividades convencionais de promoção de segurança como o DDR têm um registo variado e só por si podem não ser adequadas para lidar com as muitas formas dinâmicas da violência armada pós-conflito.
- Medidas provisórias de estabilização que estão ligadas à estabilização da paz e do Estado, servem como táticas dilatórias no período imediatamente pós-conflito.
- Intervenções da segunda geração para promover segurança - geralmente aplicadas em conjunto com o DDR e reformas do setor de segurança (RSS) - são conduzidas por provas e direccionadas à comunidade.

Tabela 7.4 Tipos de violência armada pós-conflito

Tipo de violência	Indicadores	Exemplos
Violência política	Assassinatos extrajudiciais, ataques com explosivos, sequestros, tortura quotidiana, deslocamento da população, tumultos organizados	Camboja, Guatemala,
Violência dos órgãos do estado	Actividades excessivamente violentas de cumprimento da lei, assassinatos em combate, operações de purificação social, tortura quotidiana	Angola, Moçambique
Violência económica e violência relacionada ao crime	Roubos armados, extorções, sequestros para obtenção de resgates, controlo de mercados pela violência	Afganistão, El Salvador, Guatemala, Libéria
Justiça comunitária e informal	Linchamentos, ações de milícias populares, justiça popular	Libéria, Moçambique, Irlanda do Norte
Disputas pós-conflito relacionadas com propriedades	Conflitos sobre terras, assassinatos de vingança, 'limpezas étnicas'	Afganistão, Guatemala, Kosovo, Libéria

Fonte: Chaudhary e Suhrke (2008)

De forma mais optimista, este capítulo revela uma abundância de estratégias concebidas para evitar e diminuir violência armada pós-conflito no mundo inteiro. Apesar disso, ainda não há evidências sólidas sobre o que funciona e o que não funciona. Além das expectativas da segurança, da ordem e das reduções de violência armada, raramente constituem-se referências transparentes do que é “sucesso”. Há relativamente poucas avaliações credíveis sobre os impactos ou as vantagens económicas dessas atividades. Todavia, uma evidência modesta mas convincente dá a impressão que ‘estabilização temporária’ e ‘intervenções da segunda geração para promover segurança’ oferecem medidas prometedoras para diminuir os riscos e efeitos da violência pós-conflito.

Em conjunto com abordagens mais convencionais como por exemplo DDR e controlo de armas, essas medidas incluem utensílios mais sofisticados para aumentar a segurança no período pós-guerra. As iniciativas de estabilização temporária realizam-se durante o período delicado imediatamente depois do fim de um conflito armado. Concebidas para fazer espaço antes de tomarem lugar atividades mais oficiais e da maior escala, essas iniciativas podem incluir atividades como por exemplo a promoção de órgãos

de serviço civil, acordos de integração militar, forças provisórias de segurança, programas de diálogo e de sensibilização, bem como maneiras diferenciadas de autonomia temporária. Geralmente, as medidas de segunda geração são utilizadas mais tarde, coincidindo ou seguindo-se ao DDR e ao RSS. Estas incluem intervenções para melhorar a segurança nas comunidades e cidades, programas para trocar armas por desenvolvimento e outras atividades baseadas em evidências que se concentram em jovens em risco e em zonas problemáticas. Os factores-chave que diferenciam essas atividades da promoção da segurança convencional, incluem a abordagem baseada em dados, a focalização em municípios ou comunidades assim como o realce da atenuação de riscos e sintomas.

A promoção convencional da segurança carece muitas vezes de normas transparentes de eficácia. Este tipo de intervenção é muitas vezes incapaz de competir com a violência criminal e quase-política que geralmente domina a violência

política no período pós-conflito, porque tem sobretudo como objetivo a consolidação da estabilidade política. A estabilização no período intermédio e a promoção da segurança de segunda geração - concentrando-se nos riscos-chave, na diminuição dos indicadores da violência armada e aumentando a resistência nas comunidades afetadas - podem complementar e reforçar a promoção da segurança convencional. Embora não sejam remédio para todos os males, essas medidas podem ser especialmente úteis se visarem grupos de risco ou vulneráveis à violência armada, e possíveis sabotadores da passagem da guerra para a paz. ■



Uma antiga criança soldado entrega munições à ONU, na Monróvia, Libéria, Dezembro de 2003. © Sven Torfinn/Panos Pictures